



ANO 12 Nº 12
Dezembro de 2003

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

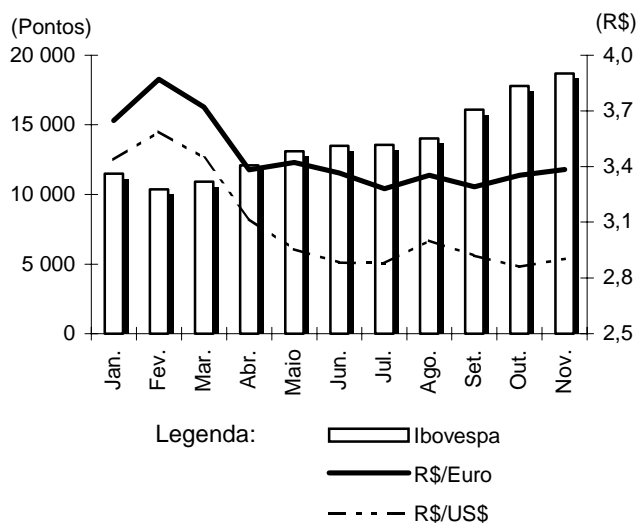
Especulação e ganhos financeiros

O senso comum diz que, se o índice Dow Jones subiu 15,43% e o Euro Stox 50 (índice composto por 50 grandes companhias européias) valorizou 9,55% entre janeiro e novembro, as aplicações em papéis nos Estados Unidos continuaram sendo mais rentáveis do que os investimentos na Europa, em 2003. Certo? Não necessariamente. Suponhamos um aplicador que tenha convertido um euro em um dólar no início desse ano e aplicado em um fundo indiciário de ações nos Estados Unidos. Até novembro, sua aposta teria obtido um ganho de pouco mais de 1% em euros. Já um aplicador que tivesse feito o caminho inverso teria alcançado, em dólares, um rendimento aproximado de 25% na Bolsa de Paris (índice CAC) e de 45% na Bolsa de Frankfurt (índice Dax).

Por trás dessa aparente contradição encontra-se a forte volatilidade cambial, presente mesmo entre as principais divisas mundiais, a qual resulta da lucrativa desorganização do sistema financeiro internacional. Desde o início do ano, o euro já contabiliza uma valorização aproximada de 15%, e muitos analistas estimam que a relação entre as divisas possa atingir até mesmo a marca de US\$ 1,30 por um euro ainda nesse ano. Mesmo que, conjunturalmente, a economia norte-americana tenha reencontrado o caminho do crescimento, a própria desvalorização do dólar, que aumenta a competitividade dos produtos norte-americanos sem, contudo, eliminar seus elevadíssimos déficits comerciais até o momento, aponta os limites estratégicos desse caminho.

Um aprofundamento desse movimento poderia levar a uma mudança no portfólio dos investidores internacionais de graves conseqüências para o financiamento externo da economia norte-americana. Escândalos recentes quanto à gestão dos *mutual funds*, pressões protecionistas sobre o Governo chinês e a crescente desafeição dos investidores pelos títulos do Governo norte-americano podem reforçar esse movimento de desvalorização e levar o Governo a uma elevação de suas taxas de juros. Se isso demonstra que o Fed tem instrumentos eficazes para reverter esse processo, não deixa de ser relevante que o euro já se apresente como um ator capaz de jogar um papel ativo na especulação com divisas em nível mundial, representando mais um elemento de instabilidade nesse já fragilizado sistema e, portanto, mais uma fonte para ganhos fáceis em arbitragens e apostas as mais diversas.

Evolução mensal do fechamento do Ibovespa e das médias das taxas de câmbio — jan.-nov./03



Legenda: Ibovespa
 R\$/Euro
 R\$/US\$

Legenda: Ibovespa
 R\$/Euro
 R\$/US\$

Legenda: Ibovespa
 R\$/Euro
 R\$/US\$

Legenda: Ibovespa
 R\$/Euro
 R\$/US\$

Legenda: Ibovespa
 R\$/Euro
 R\$/US\$

Esses movimentos internacionais são importantes também para as economias latino-americanas e suas perspectivas. Com uma valorização de 62% na Bolsa de São Paulo, um aplicador que tivesse investido um dólar em papéis representativos do índice Bovespa teria obtido um rendimento nessa divisa de mais de 90% graças à valorização cambial no Brasil, no ano, até novembro de 2003. Esse ganho se reduz para expressivos 75% em euros. Valorizações tão expressivas aumentam a fragilidade da economia brasileira face ao comportamento dos juros no Exterior, onde uma tendência altista pode precipitar um movimento de realização de lucros. É importante salientar que aproximadamente R\$ 6 bilhões já foram aplicados por estrangeiros em ações no Brasil, em 2003. Essas aplicações podem querer retornar, bem mais robustas, à relativa segurança que oferecem países e divisas economicamente mais fortes, reforçando nossa fragilidade externa e impedindo uma recuperação mais ampla da atividade no Brasil, em 2004.

André Luís Forti Scherer (FEE/NEI)

A produção das três principais frutas no RS: 1991-00

Entre 1991 e 2000, a produção das três principais frutas no Estado — uva, maçã e pêssego — apresentou importantes taxas de crescimento, ampliando sua importância na economia gaúcha. Uma vez que a produção é espacialmente concentrada, busca-se registrar a evolução da produção de cada uma dessas frutas nos dois Coredes onde elas têm maior presença.

A produção de maçã é a que apresenta maior acréscimo entre 1991 e 2000. No Estado, a produção atinge a variação de 134,55%, influenciada tanto por aumentos de área quanto de produtividade. O crescimento foi especialmente expressivo no Corede Nordeste, onde atingiu 195,06%, seguido pelo Hortênsias, com uma variação bem inferior, de 36,38%. Quan-

to à uva, a variação da produção no Estado atinge 34,38%, em função de aumentos de produtividade no Corede Serra, que registrou uma variação de 46%, já que, no outro Corede produtor de uva — o Vale do Taquari —, ocorreu queda de 10,83%, o que, no entanto, não teve impacto na produção total do Estado, visto que a produção de uva está concentrada na região da Serra (86% da produção estadual). Em relação ao pêssego, a variação da produção estadual foi de 73,44%, observando-se, nos dois principais produtores de pêssego — os Coredes Serra e Sul —, um incremento de 419,87% e de 35,52% respectivamente.

Evolução da produção das três principais frutas dos Coredes com maior participação no total do Estado — 1991-00

FRUTAS	COREDES E ESTADO	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DO ESTADO EM 2000 (%)	PRODUÇÃO EM 1991 (t)	PRODUÇÃO EM 2000 (t)	Δ% DA PRODUÇÃO 2000/1991
Maçã	Rio Grande do Sul	100,00	182 070	427 039	134,55
	Nordeste	58,70	84 956	250 670	195,06
	Hortênsias	21,81	68 299	93 148	36,38
Pêssego	Rio Grande do Sul	100,00	110 126	191 002	73,44
	Sul	36,46	51 387	69 639	35,52
	Serra	43,06	15 822	82 253	419,87
Uva	Rio Grande do Sul	100,00	396 318	532 553	34,38
	Serra	85,69	312 552	456 325	46,00
	Vale do Taquari	2,61	15 610	13 919	-10,83

FONTE: FEEDADOS.

Mirian Kuhn (FEE/NEA)

Luz para Todos no campo brasileiro

O programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia visa à universalização do acesso e do uso de energia elétrica na área rural. Seus objetivos centrais são a instalação gratuita da rede elétrica até os domicílios das famílias de baixa renda e a concessão de tarifas reduzidas para consumidores residenciais com ligação monofásica e consumo mensal inferior a 80kwh. O programa beneficiará dois milhões de domicílios e será financiado com recursos do Governo Federal (75%), dos Governos Estaduais (20%) e de agentes do setor (5%). Cabe observar que o Governo do RS já vem executando programa similar, o Projeto Luz no Campo, que contempla o atendimento a 75.225 mil propriedades rurais, aplicando recursos da Eletrobrás (75%), da CEEE (20%) e de outros parceiros (5%).

Estima-se, pela PNAD, do IBGE, que 9,3% dos domicílios rurais no RS, em 2002, não tinham iluminação elétrica, sendo que, destes, 83,5% dispõem de renda mensal até dois salários mínimos. O que o RS ganha com o Luz para Todos? O programa cobrirá os pesados custos da construção das redes gratuitamente para os carentes e garantirá tarifas reduzidas para

uma parcela dos consumidores residenciais, criando também oportunidade de gerar renda. Trata-se de uma política pública virtuosa que cria infra-estrutura para prover um bem público (energia elétrica) necessário para garantir a essa população as condições mínimas de acesso aos benefícios do desenvolvimento.

Domicílios rurais sem iluminação elétrica no RS — 1999, 2001 e 2002

ANOS	TOTAL DO RS	ATÉ 1 SM	MAIS DE				MAIS DE 5 SMs
			1 A 2 SMs	2 A 3 SMs	3 A 5 SMs	5 SMs	
1999	7,6	23,2	11,9	6,1	2,0	2,4	
2001	10,7	32,7	11,5	7,1	5,8	2,1	
2002	9,3	26,1	16,8	4,9	2,1	0,0	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Renato A. Dalmazo (FEE/NEESF)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta de Conjuntura FEE

A balança comercial do RS

Até outubro de 2003, o saldo comercial do Estado foi de US\$ 3,1 bilhões. Ao contrário do Brasil, onde as importações aumentaram apenas 0,16%, no RS elas cresceram 28,88%, apesar da crise econômica do País.

Analisando-se as importações gaúchas por categoria de uso, nota-se que o maior crescimento percentual ocorreu na categoria combustíveis e lubrificantes (62,82%), seguida por bens de consumo (20,66%), no qual se destacaram os bens de consumo não duráveis (23,52%). Dentre os bens intermediários — crescimento de apenas 13,20% —, o maior aumento foi para alimentos e bebidas destinados à indústria (47,93%). Os bens de capital tiveram suas compras externas elevadas em 15,73%. Em ordem decrescente, as principais mercadorias importadas pelo RS nos primeiros 10 meses de 2003 foram óleo bruto de petróleo; naftas; cloreto de potássio; trigo; diidro-

geno-ortofosfato de amônio; partes e acessórios para tratores e veículos; uréia; couro bovino; arroz e microprocessadores.

Por fator agregado, as exportações gaúchas, entre janeiro e outubro de 2003, elevaram-se principalmente nos produtos básicos (35,83%), já que os industrializados cresceram 18,07%. Dentre estes, os manufaturados tiveram sua participação reduzida no total exportado pelo Estado, caindo de 52% nos primeiros 10 meses de 2002 para 49% em igual período de 2003. Tal fato deveu-se ao decréscimo nas vendas externas de calçados, o principal item da pauta de exportações do RS. As demais mercadorias exportadas pelo Estado no período, em ordem decrescente, foram: soja em grão; fumo; farelo de soja; óleo de soja; carne de frango; tratores, suas partes e acessórios; motores diesel; polietileno; carrocerias para ônibus; e carne suína.

Balança comercial do RS — jan.-out./02 e jan.-out./03

DISCRIMINAÇÃO	IMPORTAÇÕES			EXPORTAÇÕES		
	Jan.-Out./2003	Jan.-Out./2002	Δ%	Jan.-Out./2003	Jan.-Out./2002	Δ%
Bens de capital	577 166 856	498 730 822	15,73	661 047 399	442 986 003	49,23
Bens intermediários	1 426 070 114	1259 752 665	13,20	3 941 951 770	3034 081 276	29,92
Bens de consumo	253 984 516	210 496 568	20,66	2 011 315 191	1846 292 542	8,94
Combustíveis e lubrificantes	1 344 617 497	825 820 304	62,82	8 064 851	4 721 989	70,79
TOTAL	3 601 838 983	2 794 800 359	28,88	6 702 488 939	5 394 025 888	24,26

FONTES DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

Água e esgoto no Rio Grande do Sul — 1991 e 2000

A taxa de atendimento por água tratada (nos padrões de potabilidade do Ministério da Saúde) dos domicílios urbanos do RS atingiu 87,12% em 2000, com uma evolução de 6,95% em relação a 1991. Ainda há 142 municípios, de pequeno porte, carentes de sistemas adequados, ou seja, com controle tecnológico de qualidade. Também é necessária a ampliação da fluoretação da água potável como prevenção às cáries dentárias, inclusive em alguns municípios que dispõem de água tratada.

Quanto à taxa de atendimento dos domicílios ligados à rede de coleta independente do esgoto cloacal, esta atingiu 17,07%, com um crescimento de apenas 2,86%. Isso significa que está ocorrendo contaminação das águas superficiais naturais por lançamentos de esgoto, incluindo a descarga em redes pluviais, passível de enquadramento na Lei nº 9.605, de 12.02.98, dos Crimes Ambientais. Para o atendimento da Lei, são necessários coleta em rede independente e encaminhamento para tratamento antes de lançar no meio ambiente. Dos 467 municípios gaúchos em 2000, 417 não tinham rede independente de coleta de esgoto cloacal; nos restantes, o atendimento era parcial, sendo que a maior taxa de atendimento nestes atingia pouco mais de 50%.

Investimentos em saneamento (água, esgoto e lixo) são preventivos no controle da mortalidade infantil e de diversas doenças disseminadas por veiculação hídrica e vetores, reduzindo gradativamente os custos de atendimento do SUS e propiciando maior proteção à saúde pública.

Água tratada e esgoto cloacal no Rio Grande do Sul — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	DOMICÍLIOS	DIOMICÍLIOS LIGADOS À REDE DE ÁGUA	TAXA DE ATENDIMENTO (%)	DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE DE ESGOTO	TAXA DE ATENDIMENTO (%)
A - 1991	2 251 796	1 834 213	81,46	373 647	16,59
B - 2000	2 754 474	2 399 622	87,12	470 134	17,07
Variação %			6,95	25,82	2,86
B/A	22,32	30,83	6,95	25,82	2,86

FONTES: Domicílios: Estimativas FEE. IBGE.

Domicílios ligados à rede de água ou esgoto: Corsan. SES. Prefeituras Municipais.

Claudio Dias Barbieri (FEE/NIS)

Jovens, escola e trabalho na RMPA

Os jovens estão em uma fase particular do ciclo de vida, na qual se dá a transição da escola para o trabalho. Isso os coloca numa relação de tensão permanente entre dois tipos de atividades distintas, que, conforme venha a ser resolvida, irá condicionar as possibilidades de uma inserção mais favorável no mercado de trabalho. A esse respeito, nos países da OCDE, o que se pode constatar é o aumento do número de jovens que estudam em tempo integral e a redução do número daqueles que somente trabalham, o que indica que a procura por maior instrução está postergando o seu ingresso no mercado de trabalho. No caso brasileiro, pesquisas também revelam que está se elevando entre os jovens a parcela relativa daqueles que se dedicam somente aos estudos, bem como tem aumentado o número médio de anos de escolaridade desse contingente populacional, ainda que permaneça uma situação de atraso no que se refere a esse último aspecto.

Distribuição dos jovens de 16 a 24 anos, segundo a situação de trabalho e estudo, na RMPA — 1993 e 2002

DISCRIMINAÇÃO	Distribuição (%)	
	1993	2002
Só estuda	14,6	20,2
Estuda e trabalha e/ou procura trabalho	17,5	25,9
Só trabalha e/ou procura trabalho	52,8	42,3
Apenas cuida de afazeres domésticos	10,5	5,6
Outros	4,5	6,1
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), também está aumentando, entre a população juvenil, a parcela relativa daqueles que estão estudando, indicando a grande

valorização dispensada por eles à educação. De acordo com os dados da PED-RMPA, em 2002, 20,2% dos jovens de 16 a 24 anos somente estudavam, sendo essa proporção bastante superior à existente em 1993, que era de 14,6%. Constata-se, igualmente, ter ocorrido entre os jovens uma elevação da participação relativa daqueles que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho, de 17,5% em 1993 para 25,9% em 2002, o que demonstra que um número crescente de jovens necessita compatibilizar ambas as atividades. Em direção oposta, reduziu-se a proporção da população juvenil que somente trabalha e/ou procura trabalho — de 52,8% em 1993 para 42,3% em 2002. Cabe ainda fazer referência ao fato de que houve recuo, entre os jovens, da participação relativa daqueles que somente cuidam dos afazeres domésticos, que passaram a representar apenas 5,6% da população juvenil em 2002. Em termos gerais, essas mudanças podem ser consideradas socialmente positivas, pois revelam que se ampliou entre os jovens da RMPA a parcela relativa daqueles que estão estudando. Todavia há que se ressaltar que a proporção que só estuda ainda é diminuta, e uma parcela elevada, de quase 70%, encontra-se vinculada ao mercado de trabalho, interpondo dificuldades à sua formação escolar.

As mudanças acima descritas a respeito da situação dos jovens na RMPA podem estar respondendo a, pelo menos, duas ordens de fatores. Por um lado, diante de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo em termos de requisitos de escolaridade formal, os jovens se vêem motivados a uma maior permanência na escola, ao invés da dedicação exclusiva à atividade laboral. Por outro, face ao baixo dinamismo da economia, os jovens, diante da perspectiva de ingressarem no mercado de trabalho e ficarem desempregados, acabam tendo um comportamento defensivo e voltam-se mais para as atividades escolares. Considera-se que o mais provável é que ambos os fatores estejam combinados, implicando a maior permanência dos jovens na escola.

Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/PED)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 12.12.03).

ISSN 1517-7264

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Júnior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery www.fee.rs.gov.br

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Jorge da Silva Accurso, Maria Isabel Herz da Jornada e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
 Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
 CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.